

Reunião de Intervenientes - Ata - 21 de Março de 2018

Camila Eda, Vice Presidente do NNI e Líder do Comitê Organizador do Meeting Comex: falou sobre o café da lançamento do Meeting Comex 2018 + inserções de mídia na NSC + inscrições já com um volume significativo + ação Seu Ingresso vale 1 Árvore + preço dos passaportes adicionais (além dos que estão incluídos no pacote de cada patrocínio).

REPRESENTANTES DOS INTERVENIENTES FALARAM SOBRE:

Sr. Flavio Narvaez – INFRAERO: em relação à cobrança da tarifa de manutenção dos Aeroportos de R\$ 300,00 por processo, mediante a emissão de boleto, foi informado que a ANAC regula as tarifas, e o seu fundamento de instituição está na Lei 5862 que criou a INFRAERO, com a sua fixação baseado em estudo de mercado. Foi sugerido pelo Sr. Petrelli que o NNI envie um ofício para INFRAERO Brasília, solicitando informações sobre a transparência (embasamento jurídico) dessa cobrança a partir de 1º.02.18. Termo de entrada da carga presa: em função do congestionamento do Sistema MANTRA.

INFINITY (empresa vencedora da licitação da ampliação do Aeroporto de Joinville): foi apresentado o Sr. Antonio Jose Vellozo, representante da Infinity, falou sobre o status do início das obras, pós conclusão da licitação. Com sede atualmente em Itajaí, a empresa é de capital nacional. Projeto de como será a ampliação da operação de Joinville com mais de 103 mil metros quadrados dedicados ao novo TECA.

Sr. Paulo Silva – MAPA: solicitou que as demandas/dúvidas por informação/esclarecimentos dos nucleados sejam enviadas antes da reunião. DU-E a partir de 1º.04.18: os técnicos aguardam pela orientação para atuarem no sistema integrado de exportação (produtos comestíveis de origem animal + embalagens de madeira). Alteração do SigVig para DU-E. Sr. Carla Pinheiro, Vice Presidente, solicitou ao Sr. Paulo Silva para próxima reunião, que sejam trazidas informações sobre a integração DU-E e OEA. Foi mencionado como a fiscalização estão sendo afetada pelo seu desprestígio, resultando, como por exemplo, nos embargos à exportação da carne brasileira, divulgados na mídia.

Sr. Luiz Claudio Garófalo – RFB – SAANA: situação da grave está se arrastando por um longo tempo em decorrência do governo federal não regulamentar o bônus de eficiência. Em greve entrarão fiscais e analistas. Relatou a negociação com o governo federal que virou lei e falta o decreto para regulamentar o assunto. O estado de greve começará hoje. Para alguns serviços (exemplo: habilitação SISCOMEX) as empresas joinvilenses estão baixo a jurisdição de Florianópolis. A demora das liberações neste momento se dá em função do estado de greve.

Sr. Giulio Cesare – FENASPS: o estrangulamento dos serviços da ANVISA com a divulgação dos resultados pós várias reuniões internas. O local de análise dos processos de liberação das importações para o término das filas com a destinação de 55 servidores a partir de 1º de março de 2018. Grupo de alimentos, saúde,

saneantes, e assim por diante, para a análise por esses servidores centralizados em Brasília. No total são 550 servidores alocados em portos e aeroportos e somente 10% desse pessoal está alocado para anuência limitados a especialistas e técnicos, que se resumem a 55 servidores. Falta de padronização nas anuências. E cada servidor libera as mercadorias de acordo com o seu convencimento técnico. Foram apontados os itens para a reivindicação dos empresários junto à ANVISA. A demora não está na vistoria física, mas na falta de maturidade técnica dos servidores que atuam na anuência. A nova Diretora da Área de DNVS Dra. Alessandra Barros (do setor farmacêutico) como pessoa de acesso na Anvisa em Brasília.

Sr. Paulo Carrano – SEFAZ: falou sobre as alterações nos TTD's, com destaque para: passarão a ter um destaque de 4% nas operações internas, sendo vedada a utilização do diferimento parcial de maneira a resultar o destaque de 10% na nota fiscal de saída interna subsequente. Fica adicionado ao ICMS efetivo o percentual de 0,4% relativo aos Fundos aplicável às operações internas e interestaduais. Fica vedada a aplicação de crédito presumido nas operações internas destinando mercadorias importadas à pessoa física. Nas operações internas com destino a não contribuintes, pessoas jurídicas, destaque de 4%. Todas as alterações estarão em vigor a partir de 1º de junho de 2018. SEFAZ enviará aos contadores um correio eletrônico para a disseminação de todas as alterações. Lenai, da SEFAZ, foi convidada para participar de uma reunião específica sobre esse assunto tão relevante.

Sr. Marcelo Petrelli – SINDAESC: Foi agradecida a transparência das informações prestadas pela FENASPS. As organizações representativas a nível estadual devem se movimentar em conjunto com legitimidade para sua atuação judicial e extrajudicial, visando obter soluções para a reversão dos prejuízos que vem atingindo os agentes econômicos que tem a sua operação afetada pelos Intervenientes.

Sra. Carla Pinheiro encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e lançando o convite para a próxima reunião do NNI no dia 04.04.18. com o tema OEA.

Atenciosamente,



Leticia Peters Buss
Consultoria Coletiva

ACIJ - Associação Empresarial de Joinville
Avenida Aluisio Pires Condeixa, 2.550
Saguaçu - Joinville - SC - CEP: 89.221-750
+55 47 3461-3333 - www.acij.com.br